

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG) E O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) NO CAPITALISMO DEPENDENTE¹

Bianca Stéfani Alexandre Irineu²

Janaína Lopes do Nascimento Duarte³

RESUMO

Este artigo se constitui como um recorte da pesquisa de dissertação de mestrado, defendida em agosto/2022, sobre o Ensino Remoto Emergencial (ERE) na Universidade Federal de Goiás (UFG) durante o período pandêmico de Covid-19, considerando os determinantes do padrão dependente educacional como resultado da inserção dependente do Brasil no capitalismo mundial, nos termos de Florestan Fernandes. A partir do método histórico dialético foi realizado levantamento bibliográfico e pesquisa documental, o texto tem como objetivo mapear o direcionamento da UFG, com o retorno às aulas na modalidade remota, durante a pandemia da Covid-19, expressando as particularidades e as dificuldades deste contexto. Por fim, defende-se que seja contínuo a luta social contra o desmonte da educação superior, mesmo com o retorno das aulas de modo presencial.

Palavras-chave: Educação Superior no Capitalismo Dependente. Pandemia de Covid-19. UFG na pandemia. Ensino Remoto Emergencial.

ABSTRACT

This article constitutes an excerpt from the master's thesis research, defended in August/2022, on Emergency Remote Teaching (ERE) at the Federal University of Goiás (UFG) during the pandemic period of Covid-19, considering the determinants of the standard educational dependent as a result of Brazil's dependent insertion into world capitalism, in the terms of Florestan Fernandes. Based on the dialectical historical method, a bibliographical survey and documentary research were carried out, the text aims to map the direction of UFG, with the return to classes in the remote modality, during the Covid-19 pandemic, expressing the particularities and difficulties of this context. Finally, it is argued that the social struggle against the dismantling of

¹ O presente texto resulta dos estudos realizados durante o Mestrado em Política Social na Universidade de Brasília (PPGPS/UnB), vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social no Capitalismo Dependente (GEDUSSC/PPGPS/UnB), cujo trabalho foi defendido em agosto de 2022. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/>.

² Universidade Federal de Goiás; Mestre em Política Social pelo Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília (PPGPS/UnB); e-mail: stefanibyan22@hotmail.com.br.

³ Universidade de Brasília; Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e da Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (PPGPS/UnB); janaduarte@unb.br.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

higher education is continuous, even with the return of face-to-face classes.

Keywords: Higher Education in Dependent Capitalism Dependent. Covid-19 pandemic. UFG in the pandemic. Emergency Remote Teaching.

1 INTRODUÇÃO

Refletir historicamente acerca das políticas educacionais, com ênfase na educação superior, na perspectiva do capitalismo dependente e da heteronomia no Brasil, é essencial para entender as configurações atuais diretamente ligadas à formação sócio-histórica brasileira e de como esta política foi reestruturada e está sendo conduzida na atualidade.

Os anos de 2020 a 2022 foram impactados mundialmente pela pandemia de Covid-19 causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2). Além do número acentuado de contaminações e mortes⁴, ações desencontradas do Ministério da Saúde no Governo Bolsonaro, a pandemia complexificou e agravou as expressões da questão social. No campo educacional, a pandemia conduziu ao fechamento de escolas, universidades, ao não convívio acadêmico e as inúmeras dificuldades diante da relação ensino aprendizagem, tanto para discentes, como para docentes.

A partir do método histórico e dialético foi possível realizar uma pesquisa qualitativa sobre o período em questão, a pandemia, no campo da educação superior de uma universidade pública, a UFG, especialmente diante das dificuldades com a imposição do Ensino Remoto Emergencial (ERE), identificando o agravamento de inúmeras desigualdades que comprometeram significativamente o acesso e a permanência estudantil. Como procedimentos de pesquisa foram utilizados levantamento bibliográfico e pesquisa documental, com destaque para notas públicas, resoluções do Conselho Universitário (Consuni, documentos e sites oficiais da UFG).

⁴ Até 12/06/2023, sob o contexto da campanha da imunização contra a Covid-19, os dados do Consórcio de veículos e imprensa apresenta a situação do Brasil com 703.291 mortes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023, *on-line*). Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO





Neste sentido, este artigo objetiva analisar os desafios da educação superior diante do contexto da pandemia, principalmente a partir das ações da Universidade Federal de Goiás (UFG) com retorno às aulas diante do ERE expressando as particularidades e singularidades desta conjuntura e a necessidade de análise crítica de um padrão dependente de educação. Neste sentido, o texto está dividido em: 1) UFG e a pandemia do covid-19 o Ensino Remoto Emergencial (ERE); 2) O Ensino Remoto Emergencial e as ações da UFG: algumas reflexões críticas.

2 UFG E A PANDEMIA DO COVID-19 O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE)

Fernandes (2008, p.23) analisa que “o capitalismo não é apenas uma realidade econômica. Ele é também, e acima de tudo, uma complexa realidade sociocultural”, pois para além da estrutura meramente econômica, o modo de produção capitalista apresenta elementos dinâmicos e estruturais mundiais que atingem também outras esferas da vida em sociedade. No entanto, este desenvolvimento capitalista acontece de formas/configurações diferenciadas, de acordo com o contexto da ordem social mundial, interligado com a historicidade de cada nação e, especialmente a partir das relações sociais entre as classes.

Segundo Mattos (2020), a disseminação da pandemia do novo coronavírus foi o estopim para o agravamento da crise capitalista em curso. Diante do contexto pandêmico a realidade social, política, econômica e cultural se complexificou: a pobreza e a fome se evidenciaram em níveis alarmantes; os sistemas de saúde públicos globais denunciaram o descaso com as políticas sociais públicas, tudo isso agravado diante de uma sociedade capitalista dependente.

Com o fechamento e suspensão de todas as atividades do calendário acadêmico a partir de 16/03/2020 na Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio da Resolução Consuni nº 18, suspendeu os calendários acadêmicos por tempo indeterminado (UFG, 2020).

Com a publicação do MEC da Portaria nº 343 (MEC, 2020) que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

situação de pandemia, a UFG autorizou, em caráter excepcional, o retorno gradual das atividades acadêmicas em agosto de 2020, a partir do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), instituindo o Ensino Remoto Emergencial (ERE), o que demandou respostas da instituição em garantir condições mínimas de subsistência e inclusão digital. Este retorno gradual foi restrito a algumas atividades e a disciplinas de núcleo livre para a graduação, no qual a participação foi facultativa tanto para as Unidades Acadêmicas, quanto para os discentes.

Cabe lembrar que com o processo em curso de crise e reestruturação do capital, a partir das contrarreformas do Estado brasileiro, desde 1990 e que intensificaram com a pandemia da Covid-19, a educação brasileira, como uma política social estratégica para a reprodução e adesão da classe trabalhadora à sociabilidade burguesa, tem sofrido massivas alterações nos moldes neoliberais de um país de capitalismo dependente. De acordo com Duarte (2020, p. 27):

a educação superior vem se constituindo como política estratégica do projeto de reestruturação e mundialização do capital em tempos de crise, pois se compõe como espaço amplo de acumulação e, ao mesmo tempo, atende à requisição de formação profissional de um perfil compatível com os interesses capitalistas em cenário de crise.

A UFG, já tendo a experiência e monitoramento da oferta de atividades e disciplinas pelas TDICs, decidiu em Reunião do Conselho Universitário da UFG (em 03/07/2020) pelo retorno definitivo do calendário acadêmico de 2020. A todo momento a posição da gestão foi de que este retorno foi discutido coletivamente com toda a comunidade universitária, para subsidiar as decisões nas reuniões do seu órgão colegiado, apesar das polêmicas envolvidas e contextos diversos apresentados (UFG, 2020b).

Farage (2021, p. 56) analisa que, de modo geral, em todas as IES e especialmente pelo MEC, não houve “nenhuma preocupação sobre as condições de trabalho remoto, de acesso à tecnologia por docentes e discentes e nem sobre as condições de saúde”. Esta aprovação não ocorreu de forma consensual entre os próprios docentes e discentes, em que a apuração dos votos foram: 38 votos a favor

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

do ERE e 11 votos contra, sendo o Diretório Central de Estudantes (DCE) parte desse posicionamento contrário.

O DCE da UFG se posicionou contrário ao ensino remoto, por entender que essa modalidade acelerava o processo de mercantilização da educação, e, de acordo com o resultado da pesquisa com discentes que responderam ao formulário elaborado pelo próprio Diretório, nem todos discentes possuíam condições de acessar o ERE (DCE UFG, 2020, *on-line*). Diante do voto vencido, o DCE não se absteve do compromisso para construção e implementação do ensino remoto para a graduação na UFG, logo convocou uma reunião com os Centros Acadêmicos e a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) para que a posição estudantil fosse ouvida.

O resultado desta discussão foi a elaboração de uma carta conjunta pelo DCE e CAs com 12 reivindicações sobre o ERE, dentre elas estão: representação estudantil em todo grupo de discussão da implementação do ERE na UFG; garantia empréstimo pela UFG de materiais/ equipamentos de informática; adaptação do ERE para atender estudantes PcD; disponibilização das aulas conforme data e horário da grade de horário; priorização das vagas nas disciplinas para formandos 2020.1 e 2020.2; transparência dos dados fornecidos pela UFG sobre o Pnaes, estágio, entre outras reivindicações (DCE UFG, 2020, *on-line*).

Não obstante, com o debate em torno de volta às aulas de forma remota,

seria ingênuo acreditar que, especialmente a universidade pública esteja isenta de pressões privadas para aderir às modalidades EAD com o discurso da excepcionalidade. Ocorre, de fato, uma intencionalidade voltada para a legitimação do EAD pós pandemia (com todos os seus desdobramentos para o trabalho docente e a qualidade da formação dos estudantes), no sentido da continuidade da ofensiva em curso contra a universidade pública e o beneficiamento do setor privado. (DUARTE; IRINEU, 2020, p.2667).

Logo, não se deve ignorar a real intenção da pressão, em especial, do MEC, pelo Ensino Remoto Emergencial (ERE), que conforme apresentado acima pelas autoras (2020), esse contexto pandêmico foi utilizado como estratégia de fomento de grupos privados para a implantação de “uma política de educação a distância

PROMOÇÃO



APOIO



automatizada, gerando mais exclusão, além da precarização do trabalho dos profissionais do setor” (STEVANIM, 2020, p.15).

Com a retomada do calendário acadêmico de 2020.1, em agosto de 2020, de modo remoto, e, posteriormente com a oferta do ensino híbrido, em novembro de 2020, a UFG necessitou pensar a organização da estrutura para manter os cuidados de biossegurança nos laboratórios e salas de aula. Aqui cabe uma importante reflexão do Andifes (2021, p. 13):

o ensino híbrido precisa considerar os aspectos: orçamentário, inclusão e acesso digital; tecnologia disponível; infraestrutura e logística para utilização dos espaços físicos, biossegurança e infraestrutura, capacitação docente para o uso de tecnologias digitais e elaboração de planos de ensino considerando as estratégias de ensino, aprendizagem no contexto do ensino híbrido; ajuste do calendário escolar e acompanhamento das ações.

Assim, foi apresentado pela UFG, por meio de um Grupo de Trabalho, o “Plano de Retomada Gradual das Atividades Presenciais”, cujo principal objetivo, além de pensar a data de retomada das aulas presenciais com a garantia da biossegurança com os protocolos sanitários, foi também apresentar diretrizes, estratégias e ações que subsidiariam o enfrentamento dos desafios apresentados de retorno presencial.

A seguir discutiremos um pouco sobre algumas ações da UFG direcionadas para a assistência estudantil durante o contexto desafiador e complexo do ERE diante da pandemia da Covid-19.

3 O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E AS AÇÕES DA UFG: algumas reflexões críticas

Excetuando as aulas, a UFG não deixou de atender a comunidade local com pesquisas de combate ao coronavírus, testagens em massa, vacinas e armazenamento, respiradores, entre outras ações pensadas para a proteção dos grupos minoritários: indígenas e quilombolas (UFG, 2020c).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

desde março de 2020, quando teve início a pandemia do novo coronavírus, a UFG tem desempenhado inúmeras ações para o enfrentamento da crise sanitária. Com ações que são desde a assistência social, com o UFG Solidária, passando pela criação de uma rede de laboratórios para testagem da população e a produção de milhares de equipamentos de proteção individual, a universidade tem retribuído a sociedade os investimentos recebidos (UFG, 2020c, *on-line*).

Assim, na direção da maioria das universidades públicas, para além das questões administrativas e de ensino-aprendizagem, a UFG estabeleceu como prioridade o *Plano Emergencial de Conectividade (PEC)*, que teve como objetivo contribuir com o acesso de estudantes, em condição de privação de renda, à internet e a equipamentos de informática, de modo a permitir o uso das TDICs em atividades acadêmicas de caráter remoto. Destaca-se que, mesmo com o calendário acadêmico suspenso a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) decidiu manter o pagamento das bolsas do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com Alimentação, Moradia Estudantil (*Bolsa Moradia e Vaga na CEU*), *Apoio Pedagógico e Acolhe* (IRINEU, 2022).

Houve uma mobilização por parte de egressos de incentivo a doação de equipamentos de informática. Esta campanha foi essencial para amenizar as desigualdades de acesso digital de estudantes que possuem baixa condição socioeconômica, além de proporcionar um novo formato às universidades com o investimento à inclusão digital que é parte das ações PNAES, embora não seja, por si só, suficiente para garantir a qualidade do ensino pelo novo formato.

Outra forma de atendimento na PEC UFG foi a ajuda de custo que visou contribuir para aquisição de equipamentos de informática com repasse financeiro único por estudante contemplado no valor de R\$ 500,00 (PEC 500) e a inclusão digital por meio da concessão de Plano de Dados, inicialmente com repasse mensal de R\$ 50,00 após amplo debate sobre o valor este foi ampliado para R\$ 100,00.

PROMOÇÃO



APOIO



Foi publicado um estudo⁵ desenvolvido pelo Observatório do Estado Social Brasileiro (OBSERVATÓRIO, 2022) que avalia as condições dos universitários no ERE e as condições de vulnerabilidade, determinantes estruturais de desigualdade entre os discentes da UFG:

- a) Dos 2.106 discentes que responderam ao questionário da pesquisa, 57,3% declararam-se mulheres (mais da metade), entre as quais 61,27% informaram conviver com idosos e/ou crianças que demandam cuidado, sendo 50,09% mulheres negras e pardas, o que apresenta mais uma vez o sobretabalho para as mulheres e a desigualdade de gênero interrelacionada com a racial;
- b) Do percentual de estudantes que declararam trabalhar (46,7%), 82,4% responderam ser de forma presencial mesmo com os riscos da pandemia da Covid-19, logo impactou diretamente na defesa do isolamento social apenas para aqueles que possuíam tais condições de se manter em trabalho remoto, ou seja, ao mesmo tempo que trabalhavam presencialmente participavam das aulas remotas;
- c) Destes 2.106 discentes, 53,3% declararam que alguém no domicílio recebeu o Auxílio Emergencial do Governo Federal.

Ainda nesta pesquisa (OBSERVATÓRIO, 2022) observaram-se os aspectos relacionados à conectividade e ao ensino, visto que o espaço de ensino-aprendizagem, com o ERE, foi transferido para o ambiente domiciliar/familiar:

- a) Do percentual de discente que residem em domicílio em que a queda de energia e/ou internet ocorreu foi de 15,5%;
- b) Sobre as condições de infraestrutura domiciliar para o Ensino Remoto Emergencial (ERE), sendo mesa, cadeira, iluminação e conforto térmico, 46% declararam ser parcialmente adequadas, 13,6% insuficientes e 40,4%

⁵ A pesquisa foi realizada por um questionário com 49 questões por meio de um formulário eletrônico, mediado pela ferramenta *googledocs* para os discentes da UFG. O questionário foi disponibilizado entre os dias 05/08/2021 e 30/08/2021, atingindo 2.106 discentes, o que representou, considerando a consulta ao Análise-UFG (UFG, 2021), 9,54% dos discentes matriculados (OBSERVATÓRIO, 2022).



- adequadas, no qual a pesquisa apresentou que a população indígena e preta foi a que mais declarou não ter condições suficientes para o ERE;
- c) Sobre os espaços para as atividades do ERE, 64% alegaram possuir algum espaço individual (quarto, sala, escritório entre outros) e 36% indicaram utilizar espaços compartilhados;
 - d) Em relação aos meios de equipamentos para participar do ERE, 34,7% responderam participar frequentemente por meio do celular, um dado essencial para entender as condições de acesso, com limites visuais e de construção da aprendizagem pelo ERE, sendo que parte dos docentes utilizam de aula expositiva por meio de slides. Esta afirmação se confirma quando apenas 13,94%⁶ dos discentes que utilizam este equipamento consideram aula expositiva com slide mais eficientes nas aulas síncronas;
 - e) Sobre um dos motivos para não abertura das câmeras nas aulas síncronas, por percentual, 54,51% apontaram como outros, 20,92% apresentaram como limitações de infraestrutura domiciliar; 18,52% não concorda com a exposição do ambiente privado e 6,10% estava frequentando as aulas síncronas no ambiente de trabalho;

Além desses indicativos sobre o ERE, na UFG, houve a avaliação sobre a prejudicialidade no processo de ensino-aprendizagem, no qual:

41,81% dos respondentes indicaram que prejudicaram pouco e 39,68% prejudicaram muito, o que significa que, de algum modo, 81,49% admitem que foram prejudicados. Daqueles 39,68% que indicaram que foram muito prejudicados, 56,72% estudam no integral, seguidos do matutino com 25,74% (OBSERVATÓRIO, 2022, p.32).

A partir da perspectiva crítica de que há imensos limites diante do ERE, 81,49% de respondentes da pesquisa (OBSERVATÓRIO, 2022) admitiram que foram, de algum modo, prejudicados com tal modalidade de ensino. Farage (2021, p. 57)

⁶ Segundo os discentes que afirmaram participar do ERE pelo celular, a atividade mais eficiente nas aulas síncronas: 77,95% consistiam em aula expositiva com o professor; 5,41% aula expositiva com convidados; 1,56% apresentação de filmes e vídeos (OBSERVATÓRIO, 2022).

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



problematiza que as aulas nessa modalidade “não devem ser classificadas como aulas, dado o esvaziamento do sentido do processo de ensino-aprendizagem que norteia os processos educativos”

Sendo assim, segundo os dados explicitados, mesmo que a universidade, diante dessa nova realidade de implantação do ERE, tenha se empenhado na busca da estruturação do ensino de qualidade no contexto das telas, essa modalidade esvaziou o processo e a qualidade de construção do conhecimento e interação social, comprometendo a totalidade da formação profissional dos estudantes.

Articulada à estrutura metodológica de ensino-aprendizagem é essencial a efetividade interrelacionada da Política de inclusão e da Assistência Estudantil, para além do suporte financeiro, que sempre foi fundamental para que os estudantes com menor poder aquisitivo não evadissem do curso.

Os desafios apresentados anteriores a pandemia, que refletem as configurações de uma heteronomia cultural e padrão dependente de educação, nos termos de Fernandes (1975; 1995), demonstram a desresponsabilização do Estado com a educação e com quem a constitui: estudantes, professores, técnico-administrativos, terceirizados que, na maioria das vezes, ficam sem o respaldo estatal.

Além do mais, a comunidade universitária teve que se readaptar, pois ao abrir o espaço privado de seus lares, em especial os/as docentes, se antes vivenciavam uma intensificação do trabalho, neste contexto remoto, sem limites do que é o espaço privado e o público, houve um agravamento de tal intensificação e exploração do trabalho, bem como acentuou o adoecimento docente e discente (FARAGE, 2021). Ressalta-se que este processo de corrupção do espaço público e privado e adoecimento foi experienciado também pelos técnicos administrativos das Ifes.

De acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2021), a mudança mesmo que em caráter emergencial do ensino remoto afeta as vidas de modo objetivo e subjetivo da comunidade acadêmica, bem como alerta para a continuação da luta sindical e estudantil conjuntamente, mesmo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



que não seja de modo presencial, contra os projetos estratégicos da burguesia local, de desmonte das universidades públicas que mais do que nunca geram estratégias mercadológicas.

Isto ocorre em um contexto no qual a burguesia precisa alterar mais ainda o uso da força de trabalho em todos os campos; e precisa alterar também o lugar e o papel da educação para seguir expandindo sua lucratividade e, assim, poder assegurar o fortalecimento das disputas intercapitalistas mundiais e locais. Por essa razão, o cuidado e a postura atenta na leitura do contexto atual, a ampliação do debate, o conhecimento da realidade a que estamos submetidos/as nas instituições de ensino, são exigências para seguirmos caminhando e conseguirmos definir as táticas adequadas (ABEPSS, 2021, p. 12).

Relevante destacar que a maioria do corpo discente nas universidades federais (IRINEU, 2022) é constituído de pessoas do sexo feminino, o que impacta diretamente na formação acadêmico-profissional dessas mulheres, uma vez que são “historicamente sobrecarregadas pela cultura machista, neste momento de pandemia têm o sobretrabalho ampliado” (FARAGE, 2021, p.62).

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) tornaram-se não o meio, mas o fim para acessar o ensino. Diante disto, há uma dependência em relação às plataformas digitais de grandes corporações privadas, mesmo o Brasil dispendo de tecnologia e pesquisadores que poderiam desenvolver a própria plataforma conjunta e pública de ensino. Professores convidados pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES, 2020) enfatizam que os organismos internacionais, principalmente o Banco Mundial, coadunados com as grandes corporações tecnológicas-*Microsoft, Google, Facebook, Apple, Amazon*, criam uma falsa benevolência

oferecendo os serviços supostamente gratuitos durante um período de tempo. Mas é uma falsa gratuidade. Porque a gente paga essas plataformas, esses serviços, como por exemplo a Google, dando para elas o total controle da informação acadêmica, dos dados dos professores, dos estudantes, dos dados sobre como ocorre a aprendizagem, quais as dificuldades dos estudantes, em quais

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



conteúdos os estudantes têm dificuldades, quais as abordagens pedagógicas que os professores utilizam. Isso tudo para uma corporação privada e estrangeira que trabalha reconhecidamente com a capacitação de dados para fins mercantis e também para controle. Então, temos aí um frontal ataque à autonomia científica do país e à soberania educacional (ADUFF- SSIND, 2020, *on-line*).

Este cenário em que as universidades retornaram ao calendário acadêmico por meio do ERE (especialmente em 2020), representa um campo de expansão dos objetivos que a burguesia local, parceira da burguesia internacional, tem para o projeto de educação superior empresarial, acarretando novas faces da dualidade educacional e contribuindo para o retrocesso na luta pela educação autônoma, igualitária, com qualidade e pública, tornando-nos (historicamente) reféns e dependentes do capital internacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da problematização da política de educação superior no Brasil diante do padrão dependente imposto pela dinâmica do capitalismo em sua relação local e hegemônica (FERNANDES, 2008), apreendeu-se que esta dinâmica de subordinação interdependente da burguesia local com a burguesia imperialista para manutenção dos privilégios de renda, prestígio social e poder, afetou diretamente a forma como o Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi implantado no Brasil, em especial diante das particularidades da Universidade Federal de Goiás e dos seus desafios enfrentados neste período.

O contexto contemporâneo marcado pela redução orçamentária para as políticas sociais, sendo estas cada vez mais focalizadas e seletivas e caracterizadas como instrumento político desse objetivo, atingiu diretamente a educação, agravando questões já existentes muito antes da pandemia, bem como o projeto privatista para a educação avançou muito com os desafios do ERE ao longo do período pandêmico.

A realidade do ERE mostrou mais ainda a desigualdade da educação daqueles que acessaram o ensino superior público. Mesmo com a importância da contribuição

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

financeira pelas bolsas/auxílios da PRAE, como também a iniciativa da *PEC Conectividade*, esvaziou-se o acompanhamento sistemático de grupos socialmente excluídos, intensificou-se o abandono as aulas remotas, principalmente pelos determinantes estruturais de raça, gênero e classe social e pelas dificuldades de acesso à internet, metodologias e relação estudante-professor.

O combate ao projeto de uma educação empresarial continua, é urgente denunciar estas ações do Estado brasileiro e combater coletivamente em todos os espaços este desmonte realizado estruturalmente desta política. Este projeto que perpassa ainda o contexto vigente, ainda que se tenha superado o ERE de modo geral nas universidades, indica que não podemos nos contentar com a precarização, tampouco aceitar a realidade de sucateamento e descaso com a educação superior e a assistência estudantil no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210607_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106071721476115220.pdf. Acesso em: 08 out. 2021.

ADUFF SSIND. Associação dos Docentes das Instituições de UFF Seção Sindical do Andes-SN. **Pesquisadores veem grave risco em universidades adotarem plataformas digitais de grandes corporações**. 2020. Disponível em: <http://aduff.org.br/site/index.php/noticias/noticias-recentes/item/4175-pesquisadores-veem-grave-risco-em-universidades-adotarem-plataformas-digitais-de-grandes-corporacoes>. Acesso em: 15 nov. 2021.

ANDES. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Live sobre: **O controle de informações por corporações estrangeiras**. Convidados: Professores Márcio Moretto (USP) e Nelson Pretto (UFBA). A mediação foi realizada por Cristine Hiersch, que é 2ª VPR Nordeste II do ANDES-SN (ANDES-SN, 2020, *on-line*). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gHSGrOti1S8>. Acesso em: 14 nov. 2021.

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR**

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

NO ANO LETIVO DE 2020. 2021. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Acesse-o-Relatorio-de-Atividades-das-Instituicoes-Federais-de-Ensino-Superior-no-ano-letivo-de-2020.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2022.

DCE UFG. Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Goiás. **Carta Compromisso escrita pelo DCE e CAs.** Facebook publicado em 19 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2776994279254401&set=pb.100063945073944.-2207520000>. Acesso em: 19 mai. 2022.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **Educação superior e trabalho docente no serviço social:** processos atuais, intensificação, produtivismo e resistências. 1. Ed. -Curitiba: Appris, 2020.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento; IRINEU, Bianca Stéfani Alexandre. **A educação superior e os desafios à universidade brasileira em tempos de pandemia.** ANAIS DO III SINESPP 2020 Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas/ Teresina-PI: EDUFPI/LESTU, 2020) Editoração: Lestu Publishing Company Disponível versão digital: <http://www.sinespp.ufpi.br/>. Acesso em: 08 fev. 2021.

FARAGE, Eblin Joseph. **Contrarreforma da educação superior:** aproximações ao balão de ensaio do período pandêmico. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.21, n.2, p. 383-407, jul. / dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/35253/23535>. Acesso em: 15 ago 2022.

FARAGE, Eblin. **Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 48-65, jan./abr. 2021. Disponível em: SciELO - Serviço Social & Sociedade, Número: 140, Publicado: 2021. Acesso em: 23 out 2021.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** Florestan Fernandes: apresentação de Paul Singer. – 5. ed. rev. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Tensões na educação.** Salvador: Sarah Letras, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira:** reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Omega, 1975; 2020.

IRINEU, Bianca Stéfani Alexandre. **Assistência estudantil e permanência na Universidade Federal de Goiás em tempos de calamidade sanitária de COVID-19.** 2022. 149 f., il. Dissertação (Mestrado em Política Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil.** São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MEC. Ministério da Educação. **Portaria nº 343**, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 12 jun. 2021.

OBSERVATÓRIO. Observatório do Estado Social Brasileiro, Instituto de Estudos Socioambientais – IESA. **Ensino Remoto Emergencial e vulnerabilidade discente na UFG.** Goiânia. Disponível em: http://obsestadosocial.com.br/obs/wp-content/uploads/2022/01/Ebook__ERE_UFG_02.pdf. Acesso em: 15 mai. 2022.

STEVANIM, Luiz Felipe. **Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia.** RADIS: Comunicação e Saúde, n. 215, p. 10-15, ago. 2020.

UFG, Universidade Federal de Goiás. **UFG estuda o uso de tecnologias em atividades acadêmicas durante a pandemia.** 2020a. Disponível em: <https://inf.ufg.br/n/126636-ufg-estuda-o-uso-de-tecnologias-em-atividades-academicas-durante-a-pandemia>. Acesso em: 20 mai. 2022.

UFG, Universidade Federal de Goiás. **UFG realiza acompanhamento e avaliação do ensino remoto.** 2020b. Disponível em: <https://www.jornal.ufg.br/n/135452-ufg-realiza-acompanhamento-e-avaliacao-do-ensino-remoto>. Acesso em: 21 mai. 2022.

UFG, Universidade Federal de Goiás. **UFG lança campanha para inclusão digital de estudantes.** 2020c. Disponível em: <https://ufg.br/n/130747-ufg-lanca-campanha-para-inclusao-digital-de-estudantes>. Acesso em: 11 abr. 2022.

PROMOÇÃO



APOIO

